



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10850 - Resumo Expandido - Pôster - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR EM CONTEXTO DE REFORMAS EDUCACIONAIS

Debora Marina dos Santos - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Uniedu

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR EM CONTEXTO DE REFORMAS EDUCACIONAIS

O presente trabalho tem por objetivo analisar a inter-relação entre a organização do trabalho pedagógico e a gestão escolar, situando-a no contexto das reformas do Estado e da educação, diante de demandas do capitalismo contemporâneo. Para tanto, vale-se de pesquisa bibliográfica relacionada à temática, realizada no âmbito de um estudo maior, em fase de desenvolvimento.

Parte do entendimento de que a organização do trabalho pedagógico está intimamente relacionada com a gestão escolar, envolvendo tomada de decisões, recursos necessários, organização da instituição quanto ao estabelecimento de propostas e metas que participam da definição da identidade organizacional da escola. Destaca, ademais, que a organização do trabalho pedagógico assume uma dimensão ampliada, pois envolve a escola em sua totalidade, abrangendo o espaço da sala de aula, incluindo a ação do professor, desde o planejamento que realiza até a execução do planejado, assim como as relações dele com os outros docentes e a comunidade escolar. Ao certo, as ações da equipe gestora também fazem parte do trabalho pedagógico e, igualmente, as interações de professores, pais e comunidade.

Nessa direção, trabalho pedagógico pode ser entendido como *pedagógico* porque requer escolhas, decisões e ações – o que o torna político, considerando todo o contexto social. Também é pedagógico porque a peça principal desse trabalho é o conhecimento, daí a necessidade de se pensar em ações que melhorem o conhecimento, o que passa por condições como infraestrutura escolar, relação dos membros da comunidade escolar, aspectos culturais e sociais, dentre outros.

Segundo Frizzo, Ferreira e Ribas (2013), organização do trabalho pedagógico diz respeito às relações e processos que se estabelecem entre os sujeitos da escola e o conhecimento apreendido em todo o percurso escolar. Ainda assim, trabalho pedagógico vai além, deve se tornar uma práxis pedagógica, não somente como imbricação entre teoria e prática, mas como trabalho visando gerar transformação.

Então, sob a perspectiva de que a organização do trabalho pedagógico envolve relações e processos no interior da escola, ela tem a missão de organizar este espaço em favor do processo de aprendizagem. É certo que a organização do trabalho pedagógico influencia diretamente a gestão escolar, do que resulta o entendimento de que ambas correlacionam-se, em um espaço que se modifica com o tempo e com a sociedade na qual se inserem.

A gestão pode ser compreendida como atividade pela qual se mobilizam meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, sendo devido compreender tal atividade em determinado contexto histórico, político e social (OLIVEIRA; MENEZES, 2018). No plano formal, essa perspectiva de gestão escolar está relacionada a mecanismos legais e institucionais e à organização de ações que desencadeiem a participação social: na formulação de políticas educacionais; no planejamento; na tomada de decisões; na definição do uso de recursos e de investimento; na execução de deliberações coletivas; nos momentos de avaliação da escola e da política educacional. Pensando assim, o processo de gestão escolar deve articular um elo entre a comunidade escolar e aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

Destacada a estreita relação entre organização do trabalho pedagógico e gestão escolar, cabe assinalar que as reformas do Estado e da Educação, ocorridas na década de 1990, com efeitos estendidos aos dias atuais, sob as demandas contemporâneas do capitalismo, repercutiram fortemente na gestão da educação e da escola, destacadamente no tocante a sua eficiência. A refuncionalização da gestão escolar motivada pela reforma do Estado brasileiro requer a revisita, ainda que breve, de algumas razões de ordem econômica e política da reforma, esta que se encontra relacionada com o ajuste estrutural capitalista.

Nessa direção, destacamos que, em 1980, acentuou-se a crise do capitalismo que motivou a deflagração de traços específicos na atuação de organismos internacionais, como o Banco Mundial, através de programas de ajuste estrutural, tornando essa agência estratégica na reestruturação da economia dos países em desenvolvimento. Com os programas de ajuste estrutural, o Banco Mundial objetivou assegurar a quitação de dívidas que dependem de fluxos de capital e exigem elevadas taxas de juros, passando a propor reformas econômicas evidentemente sintonizadas com a agenda neoliberal. Evidência desse movimento foi o Consenso de Washington, ocorrido em 1989, nos Estados Unidos, com o objetivo de debater sobre as reformas a serem empreendidas pelos países latino-americanos. No encontro foram defendidas ações que visavam à contenção da inflação e o ajuste fiscal, ações essas que ficaram conhecidas como ajuste estrutural.

A partir da deflagração dessas orientações, se tem assistido a defesa, por parte do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), pela delegação de outras funções para o Estado, distintas das que o caracterizaram enquanto Estado de Bem-Estar Social. Nos anos de 1990, com os Estados nacionais sofrendo profundas mudanças ocasionadas pelo processo de mundialização da economia, sob a hegemonia do neoliberalismo, em muitos países esse processo repercutiu agudamente na sociedade. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 26), o “neoliberalismo é um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais.” Assim, conforme Harvey (2008), o Estado neoliberal deve reorganizar-se internamente, aderindo a arranjos institucionais que possibilitem melhorar sua posição competitiva. Por isso, a conclusão de que o Estado, ante o neoliberalismo, tem como objetivo uma melhor organização das instituições internas para que possam melhorar e se sobressair sobre outras entidades, em relação à competição.

A resultante no Brasil, marcado pela incapacidade de manter suas próprias políticas econômicas, foi uma forte atuação de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, com o discurso de assegurar políticas econômicas estáveis, em defesa ao ajuste fiscal e à liberação da economia por meio da abertura comercial e privatizações. Consoante o projeto de desenvolvimento neoliberal, também em defesa às reformas administrativas de Estado.

As reformas educacionais levadas a efeito, como parte do processo de reforma do Estado, revelaram o fortalecimento de vínculos entre educação e interesses do mercado. Diante dessa inclinação para o mercado, também mudanças na gestão escolar foram sendo processadas e requeridas das escolas. De acordo com Oliveira (1997, p. 91), a proliferação de orientações que pautam a gestão na lógica do mercado pode ser notada “na desregulamentação de serviços e na descentralização dos recursos, posicionando a escola como núcleo do sistema”. Conforme apontado, as reformas educacionais implementadas a partir de 1990 repercutiram na gestão escolar e, conseqüentemente, essa repercussão se estende à organização do trabalho pedagógico.

A se considerar que as reformas educacionais concorreram para que os sistemas educacionais se tornassem mais competitivos e flexíveis, com especial atenção às demandas do mercado, algumas características dessa fisionomia almejada para a escola passam por certa padronização a ser impressa ao processo educativo, aqui situadas as avaliações externas classificatórias, que visam à mensuração de resultados; os currículos, que se tornaram mais visados, pois deles passa ser esperada maior conexão com as demandas do mercado; e a gestão escolar, a ser orientada por preceitos gerencialistas, fortalecendo a perspectiva de uma gestão por resultados.

Então, diante do imperativo da reorganização da escola, portanto de sua gestão, retornamos ao significado de *trabalho pedagógico*, lembrando tratar-se de algo que vai além do conhecimento adquirido em sala de aula, ou seja, a produção de conhecimento entre alunos e professores, à medida que a “produção de conhecimento envolve a participação

política em todos os momentos escolares” (FERREIRA, 2018, p. 594). Trabalho pedagógico enquanto “manifestação humana, pois o ser humano, de forma sistematizada e planejada, produz historicidade, o que diferencia dos outros seres vivos” (FERREIRA, 2018, p. 595), que, portanto, tem a ver com inter-relação dos sujeitos que buscam alcançar determinado resultado por meio de ações, utilizando seus saberes e troca de experiência para produzir conhecimento.

Conforme analisa Ferreira (2018), o trabalho pedagógico se relaciona com três dimensões: primeiramente, com o resultado, pois todo e qualquer trabalho almeja um resultado final, aqui entendido como a produção de conhecimento; em segundo lugar em sua caracterização como serviço, que insere o trabalho pedagógico nas atividades humanas, requerendo força de trabalho para realizar determinada ação; e, por fim, com sua identificação com um campo, pois se insere no campo intelectual. Então, a conclusão de que o trabalho pedagógico “visa à produção do conhecimento, catalogado na área de serviço e no campo intelectual.” (FERREIRA, 2018, p. 595).

Em suma, é possível afirmar que, dentre os impactos decorridos das reformas educacionais na organização do trabalho pedagógico figura o fato de as escolas precisarem se adaptar à demanda por produtividade, sendo requerida delas uma gestão eficaz supostamente garantidora da qualidade do ensino e do conhecimento básico, que modula o aluno para o mercado do trabalho. Conforme alega Freitas (2014, p. 1089), os “reformadores disputam a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico [...]”. Embora propagandeando uma escola mais autônoma, questões como essas estampam os limites dessa suposta autonomia.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Educacional. Gestão Escolar. Trabalho Pedagógico.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo: 2016.

FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, p. 591-608, abr./jun. 2018.

FREITAS, Luís Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out. /dez. 2014.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; FERREIRA, Liliana Soares; RIBAS, João Francisco Magno. A relação trabalho-educação na organização do trabalho pedagógico da escola capitalista. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 38, n. 3, p. 553-564, set./dez. 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação e planejamento: a escola como núcleo da gestão. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p. 64-104.

OLIVEIRA, Ivana Campos; MENEZES Ione Vasques. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar, **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 48, n. 169, p. 876-900, jul./set. 2018.